



CARACTERÍSTICAS DO ENSINO PÚBLICO DE CORUMBÁ/MS DIANTE DA CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA MUNICIPAL

 <https://doi.org/10.56238/levv15n42-073>

Data de submissão: 26/10/2024

Data de publicação: 26/11/2024

Juliana Nathaly Casanova da Silva

Graduanda em Pedagogia, Bolsista CNPq
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CPAN/UFMS)
E-mail: juliana.casanova@ufms.br

Flavianny Jurê da Cunha

Graduanda em Pedagogia, Bolsista CNPq
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CPAN/UFMS)
E-mail: flavianny.jure@ufms.br

Patricia Teixeira Tavano

Doutora em Educação, Coordenadora do Migrafron
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CPAN/UFMS)
E-mail: patricia.tavano@ufms.br

RESUMO

O presente artigo, ressalta as características do contexto educacional das escolas públicas de fronteira. Trazendo com enfoque às políticas educacionais que asseguram estudantes migrantes nas escolas públicas de fronteira e sua multiculturalidade no ambiente escolar. Em outro eixo, ressalta sobre as escolas públicas de Corumbá- MS, onde traz os desafios que estudantes migrantes enfrentam diariamente como a comunicação oral, a relação de estudantes brasileiros com estudantes migrantes e o currículo das escolas de fronteira.

Palavras-chave: Educação Pública. Migração Internacional. Formação de Professores. Currículo. Fronteira.



1 INTRODUÇÃO

A migração internacional é compreendida como a locomoção de pessoas entre países, que pode decorrer de uma variedade de circunstâncias de ordem econômica, política, psicológica, cultural, religiosa e social (Fernandez, 2014), entre outras que podem levar um indivíduo a migrar, de forma isolada ou em grupos.

Esse movimento migratório é muito presente no Município de Corumbá, localizado no Estado do Mato Grosso do Sul, que faz fronteira com a Bolívia, através das cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suarez. Isso porque o centro da cidade de Corumbá fica cerca de 7 km da linha de fronteira internacional, que se dá através de uma estrada. Diariamente ocorre um fluxo migratório tanto do Brasil para a Bolívia, quanto do contrário, em busca de atendimento em saúde, educação, trabalho, comércio e outras atividades, pois a fronteira seca e os acordos bilaterais facilitam o trânsito.

Esses grupos de migrantes não se fixam nem lá nem cá, eles vão e vem, em uma migração designada como pendular que pode ser vista como via dupla pois ambos, brasileiros e bolivianos, compartilham serviços e ações ocorrendo uma troca, como diz Oliveira e Loio (2019, p. 60): “Nessa pendularidade cotidiana é que consiste a imersão e emersão em via dupla. Ou seja, ao mesmo passo em que emerge de seu país para imergir em outro, também emerge do país vizinho para uma nova imersão em seu país de origem”.

Em relação à educação, muitos estudantes bolivianos fazem a travessia diária da fronteira para o Brasil, por ser vista como uma educação melhor do que da cidade natal, como Silva e Almeida (2019, p-709) ressaltam:

Em ambos os países, existe educação básica gratuita, porém o fluxo de estudantes para estudo no ensino fundamental e médio somente ocorre no sentido Bolívia–Brasil, ou seja, dá-se porque a educação é vista como de melhor qualidade no Brasil se comparada à educação boliviana, todavia se pode assinalar intensa interação cultural entre ambos os países.

Ou seja, há uma busca pelas instituições do Brasil pelos migrantes pendulares, por acreditarem que se trata de uma educação de qualidade melhor, porém as escolas públicas localizadas nas regiões fronteiriças não necessariamente estão preparadas para receber esse público distinto e específico.

O texto que apresentamos aqui tem como objetivo trazer desafios que estudantes migrantes enfrentam diariamente em escolas localizadas em região de fronteira internacional, com maior foco nas escolas públicas do município de Corumbá considerando as especificidades da região. Parte da discussão foi apresentada no V Seminário (des)Fazendo saberes na fronteira: decolonizar o saber, o poder, o ser, e o viver, organizado pela Unipampa de 28 a 30 de agosto de 2024.

2 A EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE REGIÃO DE FRONTEIRA

As escolas que ficam localizadas em regiões de fronteira têm como especificidades presenças de grupos ou migrantes internacionais, tornando a escola em um possível ambiente multicultural. Por se fazer presente em um ambiente onde recebe várias culturas e interação de forma significativa, neste ambiente também é vasto de diversos costumes, crenças, tradições, línguas e valores onde promovem o enriquecimento no repertório cultural desses estudantes Moreira e Candau (2008, p. 15):

Hoje esta consciência do caráter homogeneizador e monocultural da escola é cada vez mais forte, assim como a consciência da necessidade de romper com esta e construir práticas educativas em que a questão da diferença e do multiculturalismo se façam cada vez mais presentes

Com isso a escola desenvolve um papel que vai além de proporcionar os conteúdos curriculares, um ambiente propício fim de promover a inclusão e a valorização da diversidade étnica de diferentes grupos presentes na escola podendo incluir em seu currículo opções de atividades como discussões relacionadas a diversidade, festivais culturais, exposições de arte, apresentações de danças e músicas e entre outras atividades que poderiam ser iniciativas a fim de levar uma consciência respeitosa da cultura do próximo e trabalhar a questão tolerância e redução de preconceitos buscando enfatizar na educação de crianças e jovens empáticos e conscientes. Mas, ao mesmo tempo, permanece com sua estrutura embasada em práticas voltadas a realidades totalmente diferentes dos estudantes ignorando as culturas regionais, então desafiando a formação e construção de identidades destes estudantes migrantes. Como expõe Godoy (2016, p. 45).

Nada mais se torna vazio, no campo escolar, quanto um aprendizado ou conhecimentos flatus vocis, e isso é resultado do pseudoconhecimento alimentado em escolas que não refletem, acuradamente, os seus conteúdos de sala de aula e seguem apenas os programas de ensino dos livros didáticos, muitas vezes elaborados sob a perspectiva de grandes centros com cultura metropolitana.

Vale ressaltar que de acordo com a Lei da Migração (Brasil, 2017), os migrantes possuem o mesmos direitos de brasileiros natos:

Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados:
X- direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;

Outro documento legal que assegura a permanência e os direitos dos imigrantes na educação, é a Resolução nº1 do Conselho Nacional de Educação, de 13 de novembro de 2020, onde expõe o amparo que estes estudantes recebem.

Considerando que o Brasil é signatário da Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, reconhecendo, portanto, sem discriminação de qualquer tipo, inclusive de origem nacional (artigo 2º), que toda criança tem direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento (artigo 6º), bem como ao melhor padrão possível de saúde (artigo 24), assegurando-se que ela receba proteção e assistência humanitária adequadas na condição de refugiada (artigo 22);

Além de garantir que estes estudantes estejam amparados pelo sistema, na Resolução também está descrito que os estudantes que chegam na escola pública e queiram ser inseridos no sistema educacional, a secretaria deverá fazer sua matrícula sem qualquer ato discriminatório e mesmo com a falta de documentação a matrícula deverá ser facilitada:

§ 5º Na ausência de documentação escolar que comprove escolarização anterior, estudantes estrangeiros na condição de migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio terão direito a processo de avaliação/classificação, permitindo-se a matrícula em qualquer ano, série, etapa ou outra forma de organização da Educação Básica, conforme o seu desenvolvimento e faixa etária.

Com isso, a educação na escola pública tem uma estrutura que ampara e promove o multiculturalismo destes estudantes, mas a maioria das vezes há algumas falhas, por falta de formação de profissionais para o acolhimento destes imigrantes, por falha no currículo de formação de professores onde ocasionam estes tipos de desafios que os docentes e estudantes enfrentam diariamente, onde acabam sendo criadas barreiras para que estes estudantes permanecem na rede pública de educação (Tavano; Oliveira, 2024).

3 AS ESCOLAS PÚBLICAS DE CORUMBÁ

O município de Corumbá tem 36 escolas municipais distribuídas pelos bairros da cidade, onde atendem ensino infantil, e ensino fundamental e educação de jovens e adultos. O público que as escolas recebem são alunos brasileiros e migrantes, visto que, grande parte dos migrantes que são matriculados, são bolivianos. segundo Araújo, Fernandes e Carvalho (2015, p.156), o motivo das matrículas seria:

melhores condições oferecidas pelo governo brasileiro. Corumbá (MS) é um dos centros urbanos de maior destaque em âmbito regional, e aparece também como a mais importante cidade brasileira na fronteira do Brasil com a Bolívia. Infelizmente, nada pode ser feito uma vez que a falta de recursos é condição em Puerto Suárez.

Com isso, um grande desafio nas escolas de Corumbá é receber adequadamente esses migrantes, que são predominantemente bolivianos e, portanto, falantes de espanhol. A uma desconsideração do espanhol como segunda língua estudada nas escolas fronteiriças, a falta do espanhol no ensino regular é uma objeção considerável para o ensino-aprendizado do educando. Há

uma discriminação e uma falha nas escolas fronteiriças por não haver uma estrutura e suporte considerável para o ensino e aprendizagem dos estudantes migrantes.

A comunicação oral é fundamental para os migrantes, pois a língua é um meio de construção de relações humanas é da interação de pessoas, ou seja, é fundamental haver o aprendizado da língua, como Brito (2022, p.04) ressalta:

A aprendizagem do idioma do país que o recebe, auxilia na resolução de vários problemas que o migrante tem, como a melhoria da vida socioeconômica deste, já que através da aquisição do novo idioma, o migrante consegue, mais facilmente, emprego, acesso a bens e serviços que antes não lhe era possível por problemas financeiros.

Visto isso, percebe-se o quão é relevante o ensino da língua para o migrante, pois facilita sua vida tanto em relação a emprego, educação, acesso de programas de auxílios ofertados, ONGs, dentre outro. E facilita muito na vida do estudante migrante na escola para construir relações com seus colegas de classe para seu aprendizado.

A língua estudada nas escolas de Corumbá não é o único problema, há uma discriminação social em relação a aparência e os traços dos bolivianos, visto que, a agressão verbal são diárias e comuns nas salas de aulas. Como Araújo, Fernandes e Carvalho (2015, p.157) ressaltam:

A língua oral e escrita não é o único problema dos bolivianos que estudam no Brasil. A aparência é, também, sinônimo de discriminação, e atinge não só aos bolivianos, como também aqueles de nacionalidade brasileira mas de origem boliviana. Por conta dessa aparência, as agressões verbais são comuns.

Isso ocorre por a Bolívia ser vista como um país pobre economicamente pelos os olhos dos estudantes brasileiros e como “menores”. Há uma discriminação social e cultural, não apenas em escolas, como na sociedade, onde expressões pejorativas e adjetivos são realizadas diariamente. Com isso há uma dificuldade de construir uma relação afetiva entre os alunos, pois os estudantes bolivianos acabam se isolando por sua aparência física ser motivo de piadas e sua cultura desvalorizada. Segundo Araújo, Fernandes e Carvalho (2015), a forma de eliminar o preconceito e a arrogância das escolas e ocorrer a aproximação dos estudantes seria por meio da:

[...] participação leva à integração e à construção de uma identidade multiterritorial que sistematicamente eliminará o preconceito e a arrogância brasileira. E isso será mais fácil à medida que as escolas da fronteira incorporarem o “outro” na sua matriz curricular. Com a produção de um currículo que contenha a História e a Geografia dos países em questão, e a língua espanhola como segundo idioma obrigatório, a aproximação acontecerá. (Araújo; Fernandes; Carvalho, 2015, p.159)

Em outras palavras, para construir uma identidade multiterritorial e eliminar o preconceito dos brasileiros com os migrantes, seria por meio das escolas fronteiriças construir currículo voltado para alunos migrantes, incorporando o “outro”, ter um currículo que inclua a história e a geografia de países

espanhol que fazem fronteiras com o Brasil, fazendo com que estudantes brasileiros e bolivianos tenham conhecimento e familiaridade com a cultura por meio da história dos países espanhol e do campo geográfico, em sequência os estudantes bolivianos seriam melhor incluídos em sala. Por fim, inserir o espanhol como segunda língua estudada nas escolas da região de Corumbá.

No que se refere na formação de professores, há desafios cotidianamente, devido a não haver, na formação inicial, a discussão de temáticas fronteiriças e migratórias específicas visto que, necessitaria por Corumbá ser uma cidade que recebe estudantes migrantes cotidianamente, (Tavano; Gonçalves, 2023). Pode se evidenciar que há desafios nas disciplinas serem compreendidas de forma plena, e os livros didáticos não ter suporte necessário para a inclusão social e o ensino aprendizagem dos estudantes migrantes, de acordo com Silva e Almeida (2019, p. 716) destacam que:

Nesse sentido, é importante observar que a escola da fronteira não se diferencia das demais escolas públicas brasileiras, uma vez que as disciplinas oferecidas são as sugeridas pelo Conselho Estadual ou Municipal de Educação e os livros didáticos usados são aqueles enviados pelo Ministério da Educação (MEC), os quais não consideram as necessidades locais.

Posto isso, as escolas fronteiriças seguem o mesmo currículo e disciplinas que as escolas públicas do Brasil, desconsiderando a especificidade de cada local. Consequentemente, estudantes migrantes são obrigados a se encaixar no currículo, nas diretrizes e na língua das escolas brasileiras, desconsiderando suas especificidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, iniciamos uma compreensão sobre os desafios que professores e estudantes da rede municipal de ensino enfrentam nas escolas localizadas em zonas de fronteiras internacionais, trazendo uma migração de estudantes que vivem nas linhas de fronteira, onde muitas das vezes atravessam diariamente em busca de melhores condições de estudos. Mas se deparam com um grande desafio que é ser inserido nas escolas públicas da rede municipal ou estadual.

Considerando as reflexões é possível visualizar as condições e realidades de aprendizagem destes alunos, também é possível perceber a ausência de um currículo adequado que corresponda a realidade das escolas que estão situadas em uma região onde existe uma multiculturalidade.

Também entram em pauta as falhas da formação do docente, onde se forma tendo uma visão da educação baseada em fatores que não corresponde a regionalidade local pois é de extrema importância perceber que as falhas não existem somente no sistema de educação, onde também ocorre pela ausência de ligações que permitem as experiências entre os acadêmicos e o ambiente escolar

Com isso, percebe-se que é de extrema importância a realização de diálogos e debates com os indivíduos que usufruem deste espaço, assim podendo que sejam localizados os desafios que devem



ser solucionados, e buscando a melhor maneira de compreender suas necessidades a fim de proporcionar melhores condições de aprendizagem e integração desses estudantes.

AGRADECIMENTOS

As autoras gostariam de agradecer à UFMS e à CNPq, pois esta pesquisa foi realizada como parte das atividades do Programa de Iniciação Científica financiado pelo CNPq através de dois projetos: “ESPECIFICIDADES DA PRÁTICA DOCENTE MEDIADAS PELA FRONTEIRA INTERNACIONAL EM CORUMBÁ/MS DIANTE DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PROPOSTA PELOS CURSOS DE LICENCIATURA DO CPAN”, submetido ao Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com fomento CNPq; e “ATENDIMENTO E ACOLHIDA AOS MIGRANTES INTERNACIONAIS EM MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA: ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO NA IMPLANTAÇÃO DE PROTOCOLOS DE ACOLHIMENTO A PESSOAS EM DIFERENTES SITUAÇÕES MIGRATÓRIAS EM FOZ DO IGUAÇU (PR) E CORUMBÁ (MS)” aprovado em Edital Universal - Humanidades do CNPq.



REFERÊNCIAS

BRITO, Âdani Lopes. Inclusão social é a importância da Língua no Contexto Migrante. *Revista Latino-Americana de Estudos Científicos*, v.0.3, n.15, p.0-22, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/37732>. Acesso em 18 de novembro de 2024.

CORREIA DE ARAUJO, Ana Paula; FERNANDES DA CONCEIÇÃO, Orsolina; COIMBRA DE CARVALHO, Luciani. A Arrogância Revelada no Conflito: Bolivianos e Brasileiros no Espaço Escolar da Cidade de Corumbá (MS). *Espaço Aberto*, Rio de Janeiro, Brasil, v. 5, n. 1, p. 145–162, 2015. DOI: 10.36403/espacoaberto.2015.2509. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspaçoAberto/article/view/2509> . Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Escola de fronteira. Portal do mec. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-fronteira>.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020. Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-mensais/2-sem-categoria/401363-resolucoes-do-conselho-nacional-de-educacao-cne>. Acesso em 14 de abril de 2023.

GODOY, Tiago da Silva. A Multiculturalidade na escola de fronteira. 2016 . Dissertação De Mestrado (Programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá - MS, Brasil. Disponível em: <https://ppgefcpn.ufms.br/files/2017/06/Thiago-Godoy.pdf>. Acesso em 18 de novembro de 2024.

OLIVEIRA Marco Aurélio; LOIO, Joanna. Migração Internacional Pendular em Fronteira: em busca de Qualificações espaciais. *Revista Videre*, v.11, n.21, p.54-67, 2019.

MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo: diferença entre culturas e práticas pedagógicas. 2ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 15-123.

CONCEIÇÃO, Orsolina Silva Fernandez da. Migração Pendular na Fronteira Brasil- Bolívia: uma análise dos alunos nas escolas públicas de Corumbá. 2014. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Corumbá- MS, Brasil. Disponível em: <http://ppgefcpn.sites.ufms.br/files/2016/01/Orsolina-Fernandez.pdf>. Acesso em 18 de novembro de 2024.

SILVA, Ana Maria Vasconcelos; ALMEIDA, Luciane Pinho de. Fronteiras, Mobilidades e Desigualdades: uma Reflexão, sobre a Escola de/na fronteira. *Psicologia em Revista*. v. 25, n. 2, p. 707-724, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682019000200021. Acesso em 23 fev 2024.

TAVANO, Patrícia Teixeira; GONÇALVES, Carlos Germano. Prescrições Curriculares Fronteiriças: As Licenciaturas em Foco. *Revista Professare*. v. 12, n. 1, p. e3099-e3099, 2023. DOI: 10.33362/professare.v12i1.3099. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/professare/article/view/3099>. Acesso em: 18 nov. 2024.

TAVANO, Patricia Teixeira; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. Contexto migratório internacional e educação escolar fronteiriça: discussão acerca de estudos acadêmicos strictu sensu. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. v. 32, p. e321843, 2024. DOI: 10.1590/1980-85852503880003202. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/1843>. Acesso em: 18 nov. 2024.